



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2599

Presidente da Mesa Diretora: José Paulo Ferreira Gomes

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Joel Guimarães de Souza

Data: 28/06/1988

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 35/88. Dispõe sobre a isenção da passagem no transporte coletivo urbano, quando a concessionária não disponibilizar do trôco integral ao usuário. (Referente à Lei nº 1.702, 12/08/1988).

Controle Interno – Caixa: 09

Posição: 25

Número de folhas: 06

Especie: PL
Categoria: Diversos
Cx: 09
Ordem: 25
nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 35/88

Autor: Vereador Joel Guimarães

Assunto:-

Trôco nos coletivos urbanos.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 28.06.88
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 28.06.88
- 3 Aprovado em única discussão - 30.06.88
- 4 A remessa em 30.06.88
- 5 Repreque-se -
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10

Lei 1.702, de 12 de agosto de 1988



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____

A Câmara Municipal de Montes Claros(MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei :-

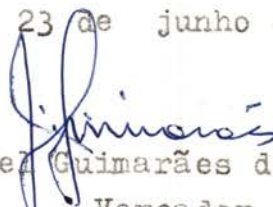
Artigo 1º - O usuário do transporte coletivo urbano deste Município fica isento do pagamento de passagem nos coletivos das empresas concessionárias desse serviço, nos casos em que lhe for negada a devolução do trôco integral a que tem direito, quando o mesmo não for superior a quatro vezes o valor da passagem.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e de clara.

Sala das sessões, 23 de junho de 1988.


Joel Guimarães de Souza
Vereador

JUSRIFICATIVA

A presente proposição objetiva por fim ao problema crônico da falta de trôco nos coletivos urbanos, o que tem gerado constantes reclamações por parte dos usuários desse serviço, que já têm grande parcela dos seus salários consumida com as despesas de transporte, sendo que a falta de trôco tem onerado ainda mais esses usuários. Ademais, a medida ora proposta já vem sendo adotada em outras cidades do nosso país, a exemplo de Curitiba, onde o serviço de transporte coletivo é considerado um dos mais perfeitos. É de se considerar ainda que a quase totalidade dos usuários é constituída de pessoas de baixa renda, para as quais qualquer importância, por menor que seja, pesa nos seus minguados.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
EM 28 DE junho DE 1988
PRESIDENTE

A matéria é
legal e constitucional
Somos pela sua
aprovação.

(REC por 30/06/88)

Roberto Carlos
Dir.

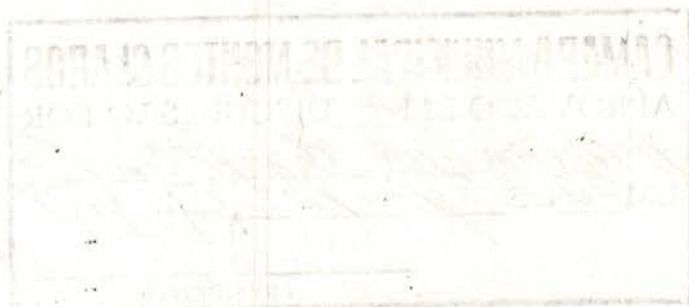
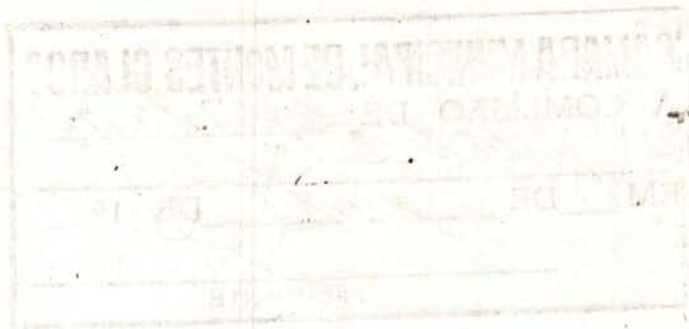


Câmara Municipal de Montes Claros

orçamentos, já sacrificados com o alto custo de vida.

CURITIBA — A Câmara Municipal aprovou por unanimidade o projeto de lei do vereador Jorge Bernadi (PDT), que exime os usuários do transporte coletivo urbano do pagamento de passagem, se no ato o cobrador não tiver troco para devolver.

O projeto vai agora para sanção do prefeito Roberto Requião e, segundo o autor do projeto, a Câmara estará mobilizada para a derrubada de um eventual óbice prefetural, pois está em jogo o interesse de um milhão de usuários do sistema que diariamente enfrentam o problema da falta de troco. -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE *Legislação*
e *Justiça*
EM 28 DE *junho* DE 1988

PRÉSIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM *28/10* DISCURSSÃO POR
unanimidade dos presentes
EM 30 DE *junho* DE 1988

PRÉSIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM 30 DE *junho* DE 1988

PRÉSIDENTE